

França comemora os 50 anos da declaração

O documento é celebrado em meio às incoerências de um mundo mergulhado em crises

GILLES LAPOUGE

Correspondente

PARIS – Paris se deleita: é uma cidade que adora organizar grandes cerimônias, se possível universais, com discursos e emoções. Isso significa que ficou muito feliz de poder presidir o 50.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada no Palácio Chaillot, em 10 de dezembro de 1948, após a guerra.

Personalidades prestigiarão essa comemoração sublime dos princípios de 1948: Kofi Annan, Vanessa Redgrave, Luciano Pavarotti e o trompetista Winston Marsalis, Michael Douglas, o grande jurista francês Robert Badinter, alguns Prêmios Nobel da Paz, Madeleine Albright, algumas ONGs, Mary Robinson, alta delegada das Nações Unidas para os direitos humanos, alguns ministros e generais, um dalailama (que, aliás, quase foi esquecido...). É normal que o texto seja celebrado com pompa. Foi graças a ele que, desde esse dia mágico, a grande família dos seres humanos foi brindada com o reconhecimento de sua dignidade, assim como de direitos iguais e inalienáveis.

Melhor ainda: foi desde aquele dia luminoso de 1948 que “qualquer pessoa tem direito ao trabalho, à li-

vre escolha de seu trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego”. E aqui vai a obra-prima: “Todos têm direito, sem nenhuma discriminação, a um salário igual por um trabalho igual.”

Evidentemente, algumas pessoas mal-intencionadas vão dar gargalhadas ao ler o texto. Por exemplo, as crianças chinesas que trabalham 12 horas por dia e morrem de fome ao confeccionar brinquedos. Mas isso acontece na China, dirão alguns, e a China é diferente. Lá não se entende muito de “direitos humanos!” A China não pode fazer parte do Universo! O problema é que os brinquedos em questão são produzidos para o Ocidente, destinados a bebês americanos.

Não vamos dar ouvidos a esses eternos descontentes. Em vez disso, reconheçamos que há 50 anos foram lançadas as bases para que o planeta conseguisse erradicar alguns flagelos da humanidade: o Muro de Berlim e o stalinismo desapareceram.

Desapareceu o apartheid na África do Sul. E Pinochet e dez outros ditadores. A mancha negra da tirania diminuiu na Europa Oriental, na América Latina. Além disso, ocorreu um outro fato crucial: a armadilha a Pinochet. Há 50 anos, não se podia conceber que a comunidade

se imiscuisse em outros países, em nome dos “direitos humanos”.

Pensemos na África do Sul: “o Ocidente livre” contemplou a infâmia do apartheid sem mexer uma palha. É nesse sentido que o caso Pinochet é histórico: a ingerência em nome dos “direitos humanos” é hoje um fato.

Mas, se esses progressos são reais, como estamos ainda longe do objetivo! Nessa questão, temos de cumprimentar o presidente francês, Jacques Chirac. Longe de se acantunar em lirismos grandiloquentes, ele ou-

sou lavar a roupa suja reconhecendo que, em um país tão rico como a França, os direitos do homem vacilam: desigualdade entre os sexos, racismo, discriminação, inexistência de algumas liberdades. E como conciliar o

artigo 23 da Constituição (“qualquer pessoa tem direito ao trabalho”, etc...) com a presença de milhões de desempregados?

A Chirac não falta coragem. Infelizmente, ele se esqueceu de alguns outros detalhes importantes. No Gabão, acaba de ocorrer uma eleição, da qual saiu vitorioso o riquíssimo e intocável presidente Omar Bongo. Ora, essa vitória foi organizada por um advogado parisiense – sobrevivente dos antigos “serviços franceses na África” e conselheiro oficioso do governo

FORAM
ERRADICADOS
ALGUNS
FLAGELOS

francês para questões africanas –, Robert Bougi, que organizou a ida para o Gabão, para essas eleições, de uma delegação de juristas franceses próxima da extrema direita.

Esses jogos duplos não são privilégio da França, pelo contrário. Nenhum país está isento: hoje, o secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, publica um belo artigo no *Le Monde: Os Direitos Humanos, Trama de Nossa Existência*.

Ora, nesse mesmo jornal vemos que a ONU nos esconde o papel que desempenhou em Ruanda em 1994. Foi o general canadense Romeo Dallaire, que comandou a missão das Nações Unidas de Assistência a Ruanda, que fez a acusação. Esse general havia alertado, na ocasião, Nova York sobre a preparação do genocídio. As Nações Unidas reagiram. Naquela época, o atual secretário Kofi Anan era chefe das operações de manutenção da paz da ONU. Ele se opôs a que os responsáveis pela ONU testemunhassem perante as comissões de inquérito dos Parla-mentos belga e francês...

A declaração não é uma lei, não tem nenhum poder de coerção. Ela se limita a desenhar um horizonte, que é o da esperança, da igualdade, da liberdade e da felicidade, da dignidade.

Esse horizonte é maravilhoso, mas sabemos que nunca será atingido. No entanto, é em direção a esse “ponto de fuga” que a velha nau que é a Terra tem de singrar, com todas as velas ao vento, se não quiser soçobrar na morte ou no inferno.